



DOSSIÊ: HISTÓRIA DAS MULHERES, DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES – VOL. 47, N.1

Da história das mulheres às perspectivas contracoloniais? Reflexões sobre a historiografia do gênero no Brasil (2001-2019)

From women's history to counter-colonial perspectives? Thoughts about gender historiography in Brazil (2001-2019)

¿De la historia de las mujeres a las perspectivas contra-coloniales? Reflexiones sobre la historiografía de género en Brasil (2001-2019)

Cintia Lima Crescêncio¹

orcid.org/0000-0002-2992-9417
cintia.crescencio@ufms.br

Gleidiane de Sousa

Ferreira²

orcid.org/0000-0002-2529-7993
gleidiane_sousa@uvanet.br

Recebido em: 28/04/2020.

Aprovado em: 15/12/2020.

Publicado em: 30/04 2021.

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar a apropriação/impacto das perspectivas "contracoloniais" (SANTOS, 2018) na pesquisa histórica das relações de gênero no Brasil. Retomando as principais interpelações que a história das mulheres e os estudos de gênero têm feito à história desde meados dos anos 1960 e considerando a importância das contribuições teóricas e epistemológicas desenvolvidas ao longo das últimas décadas pelos estudos pós-coloniais, subalternos, decoloniais, descoloniais, sul-sul e sul global, que trouxeram (trazem) uma série de problemáticas sobre as heranças do colonialismo enquanto pensamento-prática-subjetividade hegemônicas e eurocentradas, o texto pretende refletir sobre as possíveis acomodações dessas questões em espaços promovidos por pesquisadoras(es)/historiadoras(es) das mulheres, de gênero e do feminismo no Brasil. Para isso, analisamos as proposições de simpósios temáticos submetidos aos eventos nacionais da Associação Nacional de História (ANPUH), entre 2001 e 2019, o principal evento de história no Brasil, com o objetivo de discutir os efeitos das perspectivas contracoloniais na historiografia do gênero brasileira.

Palavras-chave: Perspectivas contracoloniais. Pesquisa histórica. Estudos de gênero. Historiografia do gênero.

Resumen: El propósito de este artículo es investigar la apropiación/ impacto de las perspectivas "contra-coloniales" (SANTOS, 2018) en la investigación histórica de las relaciones de género en Brasil. Reanudando las preguntas principales que la historia de las mujeres y los estudios de género han hecho a la Historia desde mediados de la década de 1960 y considerando la importancia de las contribuciones teóricas y epistemológicas desarrolladas en las últimas décadas por los estudios poscoloniales, subalternos, decoloniales, descoloniales, sur-sur y sur global, que trajeron (traen) una serie de cuestionamientos sobre las herencias del colonialismo como pensamiento-práctica-subjetividad hegemónicas y eurocéntricas, el texto pretende reflexionar sobre la posible acomodación de estos temas en espacios promovidos por las/os historiadoras/es de las mujeres, del género y del feminismo en Brasil. Para eso, analizamos las propuestas de simposios temáticos presentados en eventos nacionales de la Asociación Nacional de Historia (ANPUH), entre 2001 y 2019, el principal evento de Historia en Brasil, con el objetivo de discutir los efectos de las perspectivas anticoloniales en la historiografía de género brasileño.

Palabras clave: Perspectivas anticoloniales. Investigación histórica. Estudios de género. Historiografía de género.

Abstract: The purpose of this article is to investigate the appropriation/impact of "counter-colonial" (SANTOS, 2018) approaches on historical research on gender relations in Brazil. Resuming the main questions that women's history and



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, MS, Brasil.

² Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, CE, Brasil.

gender studies have made do History, since the mid 1960s, and considering the importance of theoretical and epistemological contributions developed over the last decades by post-colonial, subaltern, decolonial, uncolonial, south-south and global south studies, that raise a series of problems about inheritances of colonialism as hegemonic and euro-centered thought-practice-subjectivity, the article intends to reflect on the possible impact/ accommodations of these issues on the spaces promoted by researchers/historians of women, gender and feminism in Brazil. Thereunto, we aim to analyse the proposals of the thematic symposia submitted to national events of the National Association of History (ANPUH), between 2001 and 2019, the main history event in Brazil, in order to discuss the effects of counter-colonial perspectives on the Brazilian historiography of gender. Discuss the effects of counter-colonial studies on the brazilian historiography of gender.

Keywords: Contra-colonial approaches. History research. Gender studies. Gender Historiography.

Introdução

A história das mulheres e os estudos de gênero, desde sua emergência, agitam a produção do conhecimento global. Com provocações políticas e teóricas, tais campos tiveram impacto profundo na história, obrigada a rever suas fontes, métodos e abordagens, bem como todo conhecimento produzido pela pesquisa histórica até a contemporaneidade. Essa ciência, então, viu-se desafiada por um contexto inevitável de mudança epistemológica, o que resultou em uma historiografia que, hoje, revisa suas teorias e práticas relativamente informadas pelos problemas apontados pela história das mulheres e pela categoria *gênero*. Timida, contudo, a história conserva um certo temor por transformações que buscam repensar o conhecimento que se tem dela.

A historiografia brasileira é exemplo interessante desse processo em que *gênero* é apropriado como categoria transversal (PEDRO, 2011), mas segue eclipsado em grandes eventos de história. Tornando esse panorama ainda mais efervescente, os estudos pós-coloniais, subalternos, decoloniais ou descoloniais, sul-sul e sul global têm se fortalecido e afetado os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos no Brasil, duplicando os desafios à historiografia brasileira. Com críticas fundamentais à produção intelectual das ciências sociais e humanas, o campo traz desafios atuais que, assim como a história das mulheres e os estudos de gênero, anos antes, afrontam e

enfrentam a história ao questionar as heranças do colonialismo enquanto pensamento-prática-subjetividade hegemônicas e eurocentradas. Sendo assim, pesquisas que discutem a história das mulheres, das relações de gênero e das sexualidades dissidentes, atualizam-se e qualificam-se com um olhar "contracolonial" (SANTOS, 2018) para o conhecimento histórico, tornando ainda mais sofisticadas as provocações à história que tem nesses campos alguns dos principais desafios do século XXI (IGGERS, 2010).

Defendemos que essas abordagens contribuem de maneira objetiva para o conhecimento que se tem da história, uma vez que colocam em suspenso noções de sujeito e de conhecimento marcadas por hierarquias que devem ser polemizadas. Mas, é preciso perguntar: estaria a história disposta e preparada para lidar com as agitações epistemológicas propostas pelas perspectivas contracoloniais? As historiadoras feministas, de gênero e das mulheres têm permitido afetar-se por essas perspectivas? A história, como gostaríamos de pensar, tem sido afetada pelos estudos de gênero? Para responder a tais questionamentos, e para refletir sobre a historiografia do gênero no Brasil, analisamos as propostas de simpósios temáticos submetidos aos encontros nacionais da Associação Nacional de História (ANPUH), entre 2001 e 2019. Com esse levantamento pretendemos apontar o caminho impreterível que deve ser trilhado pela história, em direção a uma revisão e renovação viabilizada por abordagens interdisciplinares como são as de gênero e as das perspectivas contracoloniais.

Da história das mulheres às perspectivas contracoloniais

Georg Iggers (2010, p. 107), pensando nos desafios lançados à historiografia do século XXI, aponta que a pesquisa histórica não deve "encarar somente as forças homogeneizadoras da globalização, mas também as formas econômicas e culturais de resistência a este processo". Para o autor, a história vem sendo afetada por uma série de mudanças que, apesar da resistência, são inevitáveis e obrigam a uma revisão histórica

e historiográfica. Dois dos principais desafios indicados pelo autor são os impactos promovidos pelos estudos de gênero e feministas e por pesquisas que colocam o eurocentrismo como alvo de crítica e reflexão, a exemplo da história global.

Trata-se de desafios que a história tem enfrentado há décadas. Novos sujeitos, novos objetos, novos temas e novas abordagens resumem genericamente a história recente da historiografia e insinuam a capacidade dessa ciência (re)inventar-se em termos de teoria, metodologia e fontes. Entretanto, esses mesmos desafios demonstram a resistência da história, e de historiadores(as), em transformar-se. Os desafios, muitas vezes, são negados e a disciplina resguarda-se em um espaço seguro construído no século XIX, o da ciência branca, ocidental, masculina e heterossexual. Essa história, como marcha da humanidade em busca da liberdade, foi guiada pela razão (KOSELLECK, 2006). Mesma razão que nega racionalidade e direitos às mulheres, negros e indígenas, peças-chave do projeto colonial e imperial que marcou (marca) especialmente a história dos países do Sul global, como o Brasil. A resistência da história, para não dizer, seu conservadorismo, mostra-se potente, mas não suficiente para barrar o avanço de certas discussões em direção à historiografia. A história das mulheres e das relações de gênero demonstra isso.

Bonnie Smith (2003), no livro *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*, parte do debate sobre a inclusão das mulheres na história, em direção à reflexão sobre a própria história como uma ciência masculina. A autora explora a construção da história profissional e, consequentemente do historiador – no masculino –, ao longo do século XIX, e como esse processo foi marcado pela oposição à figura das escritoras amadoras que, atravessadas pelas experiências de revolução na França, nos Estados Unidos e na Inglaterra, escreviam história cultural, história social e relatos de viagens. A profissionalização da história emergiu na primeira metade do século XIX normatizando as práticas do fazer histórico e o que era um historiador. Sem método histórico, que seria construído anos depois em gabinetes

masculinos, em seminários de avaliação pelos pares, como os organizados por Leopold Von Ranke, a escrita das amadoras foi dispensada da historiografia que, segundo Bonnie Smith, trata-se de uma história de biografias de grandes historiadores homens. Um olhar sobre as revistas especializadas confirma a pouca ou quase nula presença de mulheres historiadoras entre objetos de pesquisa de pesquisadores(as) dedicados(as) à teoria da história e à historiografia (OLIVEIRA, 2018).

Michelle Perrot (1995), ao apresentar o clássico *História das Mulheres no Ocidente*, organizado com Georges Duby, em uma França que acolhia, ao mesmo tempo que menosprezava a história das mulheres, afirma que essa foi uma forma primeira das mulheres reconhecerem sua identidade. O lançamento do livro, na década de 1990, era o resultado da emergência e do fortalecimento do campo que é considerado resultado das mobilizações feministas nos Estados Unidos da década de 1970. Mesmo com o destaque francês na história das mulheres, historiografia que, talvez, tenha mais influência na historiografia feminista e de gênero brasileira, apesar de ser uma das mais resistentes ao uso da categoria *gênero* (PEDRO, 2011), Perrot reconhece o pioneirismo estadunidense.

Em *Minha História das Mulheres* (2007) e *As Mulheres ou os Silêncios da História* (2005), Perrot apontou 1970 como um período de percepção das mulheres, considerado uma chave de mudança, uma vez que os movimentos feministas ensaiavam um cenário que tirava o foco, ou complexificava, a ideia de classe operária. Rompendo longo silêncio, Michelle Perrot afirmava que novas histórias não deveriam ficar restritas a biografias de santas ou rainhas. Uma infinidade de histórias não contadas emergia, sem aceitar o argumento de que não havia fontes para contá-las. Em um movimento de rompimento com o silêncio, a história das mulheres exigiu passagem e reparação à história.

Na América Latina, países que viviam ditaduras viram emergir importantes movimentos de mulheres e feministas a partir da década de 1970. Joana Maria Pedro (2011) destaca que, apesar dos esforços para explicar a origem da história das mulheres e dos estudos de gênero

nos Estados Unidos e Europa, a história das mulheres e a historiografia das mulheres no Brasil “desobedece” às datações que procuram afirmar que os países do Sul apenas consomem teorias produzidas no Norte. Na década de 1970 autoras como June Hahner, C. R. Boxer e Heleieth Saffiot colocavam as mulheres como uma questão de pesquisa. Na década de 1980 Mary del Priore, Magali Engel, Rachel Soihet, Miriam Moreira Leite e muitas outras faziam amplo uso da categoria “mulheres” (PEDRO, 2011). A história das mulheres em versão brasileira, portanto, existe muito antes da “fundação” da história das mulheres celebrada pelo *História das Mulheres no Ocidente* francês, mostrando como as historiadoras das mulheres estiveram atentas às narrativas ocidentais que procuram marcar a produção teórica global como resultado dos esforços do Norte.

Mesmo diante de questionamentos profundos que obrigaram a história a (re)pensar-se, a história das mulheres não tardou a ter limitações apontadas, uma vez que a inclusão das mulheres na história acabava, na prática, tendo efeitos restritos. Michelle Perrot (2005) afirmou que foi apenas em função do rompimento do silêncio provocado pela história das mulheres que a categoria de análise *gênero* pôde emergir. Joan Scott (1992) reconhece que a pluralização de objetos e de grupos promovidos por intelectuais marxistas através da história Social foi fundamental para a construção, por exemplo, da história das mulheres como campo. No entanto, a autora pontuou que nessa abordagem as mulheres eram entendidas como categoria social fixa, como identidade coletiva, que a desigualdade entre homens e mulheres era compreendida como produto de aspectos econômicos e que, nesses termos, não interpelava a construção do *gênero* como efeito discursivo da própria história. A autora sugeriu *gênero*, então, como solução aos impasses da história das mulheres, como categoria capaz de pensar feminilidades e masculinidades como construções históricas relacionais, na medida em que *gênero* seria a construção social/cultural baseada na diferença sexual e a forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT,

1995). Scott conclui a limitação da história das mulheres para interrogar a história não apenas em termos de representação, mas de formulação da própria ciência histórica construída sobre a ideia base de *Homem* como categoria e sujeito universal. A categoria *gênero*, portanto, não interpelou apenas a história das mulheres, mas a própria história enquanto ciência.

Joan Scott, historiadora autora de texto considerado fundante dos estudos de gênero, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado originalmente em inglês no ano de 1989, ressaltando os debates políticos que afetam a produção do conhecimento histórico em sua reflexão histórica/teórica/política sobre a história das mulheres e a categoria *gênero*, destaca como a história das mulheres traduziu-se como movimento transnacional que questionou o saber histórico (SCOTT, 1992). Na mesma linha, para Joana Maria Pedro e Rachel Soihet (2007), em balanço sobre os efeitos da história das mulheres e da categoria *gênero* na história, o principal mérito da história das mulheres foi demonstrar a parcialidade do conhecimento histórico, baseada em um sujeito masculino universal, o que não exigiria apenas uma inclusão justa de mulheres na história, mas também uma reflexão profunda sobre como se constroem as diferenças sexuais em distintos contextos sociais e culturais, trazendo, portanto, uma revisão detida das práticas e das possíveis naturalizações construídas/reproduzidas nos estudos históricos. Tal impacto é passível de ser percebido quantitativamente no caso da análise dos simpósios da ANPUH, em que podemos observar um aumento progressivo dos que propunham um debate sobre gênero, mulheres e/ou feminismos, muito embora seja possível identificar certa estabilidade dessas proposições. No recorte proposto, foram identificados, ao longo de 10 encontros e mais de 700 simpósios temáticos totais, 27 em 19 anos, sendo que em 2001 dois simpósios tematizavam gênero, mulheres e/ou feminismo, em 2013 e em 2017 foram três. Os números são tímidos e expressam o esforço de historiadoras feministas, das mulheres e de gênero em marcar politicamente o maior evento

nacional de história. Na edição de 2019, esse esforço atingiu seu auge com sete simpósios ofertados (ver Tabela 1).

É também nesse contexto que, acreditamos, os estudos sobre mulheres, influenciados e influenciadores do movimento feminista, fortaleceram a possibilidade de discussão sobre o sujeito universal-ocidental-branco-europeu que foi alvo de reflexão e análise por parte de pesquisadoras(es) situadas(os) no que estamos denominando aqui de perspectivas "contracoloniais",³ atuantes sobretudo, mas não exclusivamente, a partir da década de 1970. No momento de crítica sobre a divisão internacional da produção teórica (PEDRO, 2011), *gênero* emergia como categoria central que trazia questionamentos epistêmicos sobre a prática de pesquisa histórica.

Vale destacar que o pensamento moderno formulado principalmente a partir do século XVIII colocou o *Homem* como sujeito e centro do universo – baseado no individualismo, no direito à crítica, na autonomia de ação e na filosofia idealista – e em paralelo colocou as mulheres fora desses preceitos. Nesse sentido, os esforços de inclusão das mulheres, seja na história, na arte ou outro âmbito social, esbarram no próprio paradoxo do indivíduo abstrato – masculino, branco, europeu – criado pela modernidade. Na importante obra *Cidadã Paradoxal*, Joan Scott (2002) destaca que o feminismo emergiu exatamente nesse contexto, em que a modernidade impôs a diferença sexual baseada em uma suposta conceituação de *naturaleza*, que se ancorava em uma aura de imutabilidade e de a-historicidade. Na mesma linha, Lynn

Hunt (2009), ao discutir a história da invenção dos Direitos Humanos problematiza como o lugar de "Outro", ocupado pelas mulheres, as manteve fora das declarações de direitos e preteridas quanto aos direitos políticos. O sujeito político nascente das mudanças ao longo do século XVIII europeu, portanto, (re)fundava-se em profundos paradoxos e remodelações de paradigmas históricos de exclusão. *Gênero*, portanto, articulado aos debates sobre a história das mulheres, que foram fundamentais para a reflexão sobre a história e sua constituição como ciência, e como braço do feminismo na academia, emerge questionando as bases do pensamento moderno europeu, mesmo que suas acepções advenham contraditoriamente dessas mesmas bases. Os números da ANPUH, nesse sentido, mostram-nos a infiltração do campo na história, mas também, a lentidão e a limitação dessa acomodação.

Esses paradoxos e silenciamentos históricos ao longo da modernidade foram simultaneamente construídos tendo como centro hierarquias étnico-raciais, culturais e econômicas, cuja própria potencialidade do *gênero*, tal qual concebido nas críticas feministas europeias e estadunidenses, é passível de exame, questionamentos e mesmo refutações. Apesar disso, com preocupações compartilhadas, e que não retiram a simultaneidade dos aspectos conflitantes, os estudos de gênero advindos do Norte global e os estudos contracoloniais convergem em críticas à universalidade do sujeito moderno, nas denúncias sobre os silenciamentos de conhecimentos outros e que resultam em condições desiguais de enunciação,

³ Sabemos das inúmeras diferenças entre os grupos, autores(as) e teorizações que alçaram (alçam) problemáticas referentes às múltiplas construções, na longa duração, das experiências coloniais pelo menos desde a década de 1970 do século passado. Em muitos casos, ponderações e críticas profundas circularam no diálogo entre tais perspectivas, como os estudos pós-coloniais, os estudos subalternos indianos, os estudos subalternos latino-americanos, o grupo Modernidade/Colonialidade, os polissêmicos estudos des/decoloniais, que tiveram processos, durações, interlocuções e genealogias radicalmente diversas (Para aprofundar essa questão, ver Balestrin, 2013). As próprias terminologias que as identificam, como o uso do *pós*, *des* ou *decolonial* já apontam para diferenças teóricas significativas e para a pluralidade dos usos que delas são feitas. Nesse sentido, e por questões de espaço, não exploraremos os pormenores dessas perspectivas e dos debates e embates que delas têm surgido nos últimos anos. Para fins didáticos e metodológicos, nos apropriamos das reflexões suscitadas pela socióloga brasileira Vivian Matias dos Santos (2018, p. 7) e adotamos ao longo do texto a terminologia por ela proposta de "contracolonial" para referir-nos às contribuições epistemológicas cujas preocupações se reportam a uma atitude política contestadora frente ao ordenamento de hierarquias instauradas com os processos de colonização na modernidade e consolidadas naquilo que Anibal Quijano (2014a) chama de "colonialidad y modernidad-racionalidad", ao referir-se a uma série de elementos estruturais e subjetivos que não foram superados nos processos formais de independência política dos países colonizados, principalmente em relação à produção de conhecimento. No entanto, sabemos que essa operação é passível de críticas e que de nenhum modo dá conta das complexidades de tais perspectivas.

assim como na proposição de debates epistemológicos sobre e ademais da ciência moderna.⁴ Tal constatação fica evidente em levantamento inicial feito nos simpósios temáticos do Fazendo Gênero, evento acadêmico interdisciplinar e um dos maiores encontros do campo dos estudos de gênero do Brasil e do mundo. Entre 2000 e 2010, ocasião em que foram realizados seis encontros, o evento contou com apenas um simpósio temático que abordava questões contracoloniais objetivamente. Na década seguinte, entre 2013 e 2020, ocasião em que foram realizados três encontros, o número subiu para 15.⁵ Vale destacar a baixa adesão de historiadoras(es) nessa oferta que sinaliza, talvez, a resistência da história à interdisciplinaridade e, em última análise, das historiadoras feministas, das mulheres e do gênero aos estudos contracoloniais.

É importante situar que, nas últimas décadas, as proposições teóricas advindas dos estudos subalternos, pós-coloniais asiáticos e africanos, e dos estudos descoloniais/decoloniais latino-americanos têm contribuído enormemente na promoção de leituras inovadoras sobre as estruturas econômicas, sociais, culturais e subjetivas que colocam a racionalidade moderna e colonial europeia em perspectiva histórica, crítica e desconstrutora. As relações étnico-raciais, a divisão internacional e racializada do trabalho, as relações de gênero e o sistema patriarcal, as hierarquias sobre o conhecimento e os saberes em função da hegemonia da racionalidade eurocêntrica, assim como as resistências e lutas políticas que interpelam esses processos, têm sido temas importantes para esses estudos e problematizados à luz da experiência colonial.

Os desafios lançados para a produção de conhecimento científico, com destaque para as

Ciências Humanas e Sociais e, portanto, para a história, estão marcados pela emergência de epistemologias não hegemônicas, que perspectivam a produção de verdades, os modelos, os paradigmas, os silenciamentos, os privilégios enunciativos de sujeitos e de instituições historicamente consolidadas por meio da exclusão e/ou da inferiorização de grupos e de saberes, bem como das finalidades e das funções destinadas a essas produções.⁶ No contexto latino-americano, Rita Segato, ao explorar a importância de uma das principais vozes dos estudos decoloniais, o sociólogo peruano Anibal Quijano, afirma que em fins dos anos de 1990, no marco da queda do muro de Berlim e do fim das ditaduras vividas no continente, o autor atentava para o esgotamento das categorias marxistas para pensar as sociedades latino-americanas (SEGATO, 2014). A busca por desvelar paradigmas eurocentrados de produção de conhecimento – conceitos, categorias, teorizações etc. –, inclusive nas teorias revolucionárias, bem como de seus efeitos na manutenção e/ou naturalização de hierarquias sociais e desigualdades históricas, marcam fortemente os diálogos acadêmicos e políticos na história recente da região, permitindo uma reflexão profícua não apenas sobre as dinâmicas diversas que tocam a produção de conhecimento, mas também, os usos políticos e engajados por eles fortalecidos, e deles, também, fortalecedores.

Nesses termos, os estudos de gênero e feministas têm produzido diálogos frutíferos com os estudos contracoloniais que discutem, entre outras coisas, o papel dos(as) intelectuais ocidentais no mundo contemporâneo, denunciando que eles(as), incluídas nós historiadoras(es), pensamos falar pelo "subalterno", quando na verdade endossamos discursos hegemônicos.

⁴ Essas convergências não anulam as diferenciações entre as críticas à ciência moderna, elaboradas a partir das bases eurocênicas, portanto, configurando-se como críticas internas, daquelas que partem de racionalidades distintas e/ou que buscam expurgar essa veia eurocêntrica de suas elaborações, e que seriam naturalmente confrontadoras de seus pilares. Luciana Ballestrin (2013) mostra como os debates entre o grupo dos estudos subalternos latino-americanos e o grupo modernidad-colonialidad com intelectuais situados na perspectiva pós-colonial estiveram especialmente marcados por essa questão.

⁵ As informações do Fazendo Gênero foram levantadas nas páginas *online* dos encontros, em que é possível acessar a lista de simpósios e os resumos e artigos publicados nos anais de cada evento. Disponível em: http://www.fazendogenero.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=605, Acesso em: 20 abr. 2020.

⁶ É importante explicitar que esse "perspectivismo" não está relacionado a relativizações *ad infinitum* dos conhecimentos, mas à situabilidade histórica da formação de epistemologias hegemônicas, especialmente no mundo ocidental, e as complexidades no estabelecimento de intercâmbios teóricos entre o Norte e o Sul global.

Nesse debate, o sujeito da diferença colonial emerge com destaque e já alvo – em termos de teoria – de uma crítica feminista. Afinal, se Frantz Fanon (2008) e Edward Said (2011) reconheciam as relações entre homens e mulheres como pontos importantes do colonialismo moderno, eles também partiam da ideia do sujeito colonial como masculino. Gayatri Spivak (2010), articulando uma leitura pós-colonial, marxista e feminista conclui a “dupla subalternidade” das mulheres e assim coloca em evidência o projeto moderno/colonial como fundação e/ou profusão das desigualdades contemporâneas em níveis globais, e como base reformuladora de dinâmicas patriarcais. Lançando luz sobre o papel da(o) intelectual, principalmente, da(o) intelectual engajada(o) na produção de análises sociais, Spivak apontava para a necessidade destas(es) aprenderem a *ouvir* o(a) subalterno(a), isto é, de abrirem-se mais profundamente para a compreensão de expressões de existência e resistência produzidos pela(o) sujeita(o) subalterna(o), cujas ferramentas e repertório intelectuais eurocentrados e patriarcais não seriam capazes de entender.

De acordo com Karina Bidaseca (2011), as críticas feministas, elaboradas a partir dos estudos de gênero, aos estudos subalternos, ao grupo modernidade/colonialidade e aos estudos pós-coloniais como um todo, têm afetado as reflexões sobre o sujeito colonial e os impactos da colonização em termos de raça e gênero simultaneamente. Um dos grandes desafios é o fato do pensamento ocidental feminista construir significados ocultos para o feminismo – feminismo branco –, e para a mulher – mulher branca –, o que afeta os usos possíveis de categorias como “mulher”, “mulheres” e “gênero”. É importante considerar que a questão da interseccionalidade entre gênero, classe e raça, como explorada por Kimberlé Crenshaw (2002) e Angela Davis (2016), não é novidade, mas ainda assim, as perspectivas contracoloniais reforçam e/ou dão ênfase às interrogações sobre a própria construção do conhecimento científico, suas bases, linguagens, condições de circulação/divulgação e funcionalidades enquanto parte das diferenças coloniais e do eurocentrismo. Bidaseca

(2011) chega a afirmar que a categoria *gênero* é ineficaz para refletir sobre certas sociedades indígenas da América do Sul, já que sua operação é desconhecida fora do Ocidente. No mesmo sentido, Oyeronke Oyewumi (2004) afirma que a ideia de *gênero* é desconhecida do povo lorubá, o que tornaria a categoria modelo insuficiente para explicar a relação entre homens e mulheres entre esses grupos. Maria Lugones (2008), pensando a América do Sul, a partir de pesquisas como essa, chega a afirmar que *gênero*, entendido como diferença sexual, hierarquia, foi também fruto de uma imposição da racionalidade colonial. Rita Segato (2012) defende um caminho intermediário que não firma a origem da desigualdade de gênero no mundo colonial a partir do imperialismo ocidental, identificando a existência de um patriarcado de “baixa intensidade” nas sociedades tribais afro-americanas e ameríndias. A base dessa argumentação é que o Estado colonial/moderno se fez(faz) com homens.

Gênero como categoria e abordagem fundamentais das críticas feministas, cuja origem é atribuída à Europa e aos Estados Unidos, é útil para aquecer o debate entre estudos feministas e de gênero e as perspectivas contracoloniais, seja reforçando, ponderando ou refutando as inúmeras questões que dele emergem. Compreendemos que nas últimas décadas está em marcha um processo fértil de diálogo, em que tanto os estudos de gênero e feministas têm sido provocados pelas perspectivas contracoloniais, quanto essas estão sendo interpeladas pelas produções feministas e de gênero. O papel ético e político da intelectualidade, as velhas e novas epistemologias, as relações de poder na geopolítica da produção de conhecimentos e, portanto, o poder desses na subversão ou na reprodução das opressões que constituem as relações de poder global, são todos elementos fundamentais colocados por esses diálogos. A racionalidade moderna, colonial e imperial é posta como cerne dessas reflexões que promovem observações críticas sobre sujeitos, processos históricos e regimes de verdades, e precisamente por isso, são potencialmente provocadoras para historia-

doras(es), especialmente as(os) dedicados aos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos.

Considerando esses aspectos, propomos examinar se e como os debates dos estudos feministas e de gênero se articulam às perspectivas contracoloniais em espaços de discussão de pesquisadoras(es) brasileiras(os), especialmente de historiadoras(es), tendo como objeto de análise os encontros nacionais promovidos pela ANPUH, que nos possibilitou observar a permeabilidade dessas discussões entre historiadoras(es). Tomamos como fonte os títulos e os resumos de simpósios temáticos publicados nos anais desses encontros, por entender que eles nos servem como indicadores de tendências, debates e questões consideradas urgentes e emergentes para investigadoras(es) dos campos específicos que estamos analisando, e da ciência histórica como um todo.

Nos 10 encontros nacionais de historiadores(as) aqui estudados, vemos primeiramente certa estabilidade dos simpósios que mencionam os termos "mulheres", "gênero" e/ou "feminismo", sendo duas propostas em 2001, e uma crescente no último encontro em 2019, em que sete proposições foram ofertadas (ver Tabela 1). Identificamos algum crescimento desse campo na historiografia brasileira, mas trata-se de um movimento ainda tímido se comparado à potência dos estudos de gênero e feministas no mundo. Mesmo diante desse cenário de mudança que indica a categoria *gênero* como transversal na historiografia contemporânea, observamos, através da análise das proposições de simpósios nos encontros nacionais da ANPUH nos últimos 20 anos, que os estudos de gênero seguem habitando as margens do debate entre pares e, em muitos casos, também apresentando engessamentos significativos no que se refere ao diálogo com epistemologias não hegemônicas.

Entre apropriações e relutâncias, as epistemologias que emergiram com os estudos de

gênero, feministas e contracoloniais nas últimas décadas, são uma das grandes batalhas para o fazer histórico do século XXI.

Gênero, perspectivas contracoloniais e os simpósios temáticos da ANPUH

Entre os anos de 2001 e 2009 podemos observar certa estabilidade das proposições relacionadas às reflexões sobre mulheres, gênero e/ou feminismos. Temáticas, questões e categorias como maternidade, educação, poder, discurso, relações entre gênero e trabalho, cultura, sexualidade, corpo, interculturalidade etc., compuseram a paleta de propostas que ao longo da década fizeram-se presentes nos Simpósios Nacionais promovidos pela ANPUH (ANPUH, 2001-2002; 2005; 2007; 2009). Apesar dos encontros desse período tematizarem questões como o papel da história no novo milênio (2001) e a relação da história com a multidisciplinaridade (2007), por exemplo, notadamente, termos como "pós-colonialismo", "colonialidade", "decolonialidade", "descolonialidade", "subalternidade" e/ou "epistemologias do sul" não fizeram parte das convocatórias dessas proposições. Mesmo que, como vimos anteriormente, esses debates estivessem emergentes desde a década de 1970 no mundo e da década de 1990 no contexto das Ciências Sociais latino-americanas, percebemos, por meio dessas propostas, pouca ou nenhuma interlocução teórica e epistemológica das(os) historiadoras(es) com esses estudos. As críticas ao eurocentrismo e à razão colonial na conformação de teorias, metodologias, temas, objetos e recortes não se fizeram presentes no âmbito das comunicações de pesquisas com pares, que entendemos ser um significativo medidor para a visibilidade de novas questões e abordagens, e para a reunião de possíveis afinidades e tendências investigativas.

TABELA 1 – Simpósios sobre mulheres, relações de gênero e feminismo nos encontros nacionais da ANPUH (2001-2019)

ANO	TÍTULO/ LUGAR	SIMPÓSIOS/ MINICURSOS/ OUTROS	COORDENAÇÃO	INSTITUIÇÃO	REGIÃO	COMUNICAÇÕES
2001	A História no Novo Milênio: entre o individual e o coletivo, Niterói-RJ, julho de 2001	CC-MG-82- Memórias: mulheres, mito e doença – Brasil século XX	Luciano Marcos Curi	UFU	Sudeste	02 de 533 comunicações coordenadas
		CC-MS-065- Sindicalismo, educação, mulheres agricultoras: novos movimentos sociais	Luzia Araújo de Figueiredo	UFMS	Centro-Oeste	
2003	História, acontecimento e narrativa, João Pessoa-PB, julho-agosto de 2003	Anais complementares e sem sistematização dos simpósios temáticos	----	----	----	----
2005	História: Guerra e Paz, Londrina-PR, julho de 2005	ST 49- Gênero, Corpo e Sexualidade	Joana Maria Pedro	UFSC	Sul	03 de 75 Simpósio Temáticos 01 GT Gênero
			Marlene de Fáveri	UDESC	Sul	
			Cristiani Bereta da Silva	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLO-RIANÓPOLIS	Sul	
			Roselane Neckel	UFSC	Sul	
			Maria Lúcia Mott	INSTITUTO DE SAÚDE/ SESSP	Sudeste	
			Miriam Moreira Leite	USP	Sudeste	
			Rachel Soihet	UFF	Sudeste	
			Lidia M. Vianna Possas	UNESP	Sudeste	
ST 51- Cultura, Gênero e Poder	Miridian Falci	NÃO DECLARADA	---			
	Janine Gomes da Silva	UNIVILLE; AHJ	Sul			

ANO	TÍTULO/ LUGAR	SIMPÓSIOS/ MINICURSOS/ OUTROS	COORDENAÇÃO	INSTITUIÇÃO	REGIÃO	COMUNICAÇÕES
2007	História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamento, São Leopoldo-RS, julho de 2007	ST SN- Gênero, Memória e Ditadura na América Latina	Ana Maria Colling	UNIJUÍ/ UNILASALLE	Sul	02 de 76 Simpósios Temáticos
		ST SN- Gênero, Poder e Representações Sociais	Cristina Scheibe Wolff	UFSC	Sul	
			Lidia M. Vianna Possas	UNESP	Sudeste	
2009	História e Ética, Fortaleza-CE, julho de 2009	ST 58- Múltiplos Femininos: Gênero, Memória e Identidades	Rachel Soihet	UFF	Sudeste	03 de 85 Simpósios Temáticos
			Andrea Borelli	UNICSUL/ PUC-SP	Sudeste	
		ST 71- Relações de Gênero e Interculturalidade	Temis Gomes Parente	UFT	Norte	
			Ana Maria Colling	UFGD	Centro- oeste	
Losandro Antonio Tedeschi	UFGD	Centro- oeste				
ST 07- Discursos e Representações: Jogos de Gênero	Cristina Scheibe Wolff	UFSC	Sul			
2011	ANPUH 50 ANOS: Comemorações, São Paulo-SP, julho de 2011	ST 26- Como o feminismo transformou a produção do conhecimento histórico no Brasil?	Luzia Margareth Rago	UNICAMP	Sudeste	01 de 130 Simpósios Temáticos
			Marilda Ionta	UFV	Sudeste	
2013	Conhecimento histórico e diálogo social, Natal-RN, julho de 2013	ST 110- Mulheres, Feminismos e Gênero: Diálogos (in)tensos na História	Alcileide Cabral do Nascimento	UFRPE	Nordeste	03 de 126 Simpósios Temáticos
			Ana Carolina Eiras Coelho Soares	UFG	Centro-oeste	
		ST 50- Gênero, Feminismos e Memórias na América Latina	Cristina Scheibe Wolff	UFSC	Sul	
			Lidia Maria Vianna Possas	UNESP	Sudeste	
		ST 64- História das Mulheres: relações de gênero, violência e políticas públicas	Lana Lage da Gama Lima	UENF	Sudeste	
Maria Beatriz Nader	UFES	Sudeste				

ANO	TÍTULO/ LUGAR	SIMPÓSIOS/ MINICURSOS/ OUTROS	COORDENAÇÃO	INSTITUIÇÃO	REGIÃO	COMUNICAÇÕES
2015	Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, Florianópolis-SC, julho de 2015	ST Circulações entre teorias e práticas na produção do conhecimento histórico, artístico e cultural	Luzia Margareth Rago Matilda Ionta	UNICAMP UFV	Sudeste Sudeste	
		ST Gênero, História e o Mundo do Trabalho Doméstico	Maciel Henrique Carneiro da Silva Maria Aparecida Prazeres Sanches	IFPE UEFS	Nordeste Nordeste	
		ST Gênero, Feminismos e Identidades: novos lugares e desafios	Alcileide Cabral do Nascimento Lidia Maria Vianna Possas	UFRPE UNESP	Nordeste Sudeste	
		ST Lugares de mulheres, lugares de homens: gênero, silêncios e palavras	Temis Gomes Parente Ana Carolina Eiras Coelho Soares	UFT UFG	Norte Centro-oeste	
		ST 87- Mulheres em espaços festivos e de protestos no Brasil dos séculos XIX e XX / ST 89 - Múltiplas faces da violência de Gênero: avanços, ambiguidades e perspectivas	Andrea Borelli Lidia Maria Vianna Possas	UNICSUL/PUC-SP UNESP	Sudeste Sudeste	
		ST 120- Mundos do Trabalho: trabalho de mulheres, relações de gênero e organização social	Zélia Lopes da Silva Cristiana Schettini Pereira Glaucia Cristina Candian Fraccaro	UNESP UNSAM - Universidad Nacional de General San Martin PUC-Campinas	Sudeste Estrangeira (Argentina) Sudeste	03 de 102 Simpósios Temáticos

ANO	TÍTULO/ LUGAR	SIMPÓSIOS/ MINICURSOS/ OUTROS	COORDENAÇÃO	INSTITUIÇÃO	REGIÃO	COMUNICAÇÕES
2019	História e o Futuro da Educação no Brasil, Recife-PE, julho de 2019	ST 32- Clio "sai do armário": Homossexualidades e escrita da História	Rita de Cassia Colaço Rodrigues	SEM INSTITUIÇÃO	-----	
			Elias Ferreira Veras	UFAL	Nordeste	
		ST 34- Das margens: mulheres, gênero, sertões	Ana Maria Veiga	UFPB	Nordeste	
			Cláudia de Jesus Maia	UNIMONTES	Sudeste	
		ST 54- Feminismos contemporâneos: Pensamentos, lutas, trajetórias e memórias	Gabriela Miranda Marques	UDESC	Sul	
			Ana Carolina Eiras Coelho Soares	UFG	Centro-oeste	
		ST 95- Histórias Atlânticas em perspectiva: portos, gênero e diáspora africana	Flávio Gonçalves dos Santos	UESC	Nordeste	
			Cibele Barbosa da Silva Andrade	Fundação Joaquim Nabuco/Universidade Sorbonne Paris IV	Nordeste	07 de 113 Simpósios Temáticos
		ST 121- Mundos do Trabalho: trabalho de mulheres, relações de gênero e organização social	Glauca Cristina Candian Fraccaro	PUC-Campinas	Sudeste	
			Larissa Rosa Correa	PUC-Rio	Sudeste	
		ST 144- Povos Indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais	Thiago Leandro Vieira Cavalcante	FGD	Centro-oeste	
			Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa	UFMT	Centro-oeste	
ST 159- Violência de Gênero: interseccionalidades e sociedades "hiperconectadas"	Lidia Maria Vianna Possas	UNESP	Sudeste			
	Tânia Mara Pereira Vasconcelos	UNEB	Nordeste			

Nas ANPUHs de 2011 e 2013 foram quatro o número de simpósios temáticos que focalizaram a história das mulheres, das relações de gênero e dos feminismos, sendo um no primeiro e três no segundo encontro. As propostas se referiam a temas como movimento feminista, memória, violência, relações de gênero em diferentes contextos históricos, dentre outros (ANPUH, 2011, 2013). A convocação para o debate teórico e epistemológico se apoiou implícita ou explicitamente em diálogos com as teorias e as críticas feministas, e assim como nas edições anteriores, não mencionaram os debates pós/de/des-coloniais ou as críticas mais detidas ao eurocentrismo. No solitário simpósio "Como o feminismo transformou a produção do conhecimento histórico no Brasil?", oferecido em 2011, e no contexto do evento que celebrava os cinquenta anos da entidade, as historiadoras proponentes trouxeram problematizações sobre as contribuições dos estudos feministas na produção histórica do Brasil, afirmando que:

Nesse movimento, outros conceitos e teorias se tornaram necessários para dar conta das novas problemáticas e das novas formas de pensar o sujeito em suas múltiplas relações. Tendo em vista estas colocações, convidamos os/as pesquisadores a apresentarem seus trabalhos nas múltiplas direções abertas no âmbito dos estudos feministas, incluindo-se ainda as que versam sobre os novos modos de subjetivação que emergem no mundo contemporâneo, do cinema e às artes visuais, da música às narrativas autobiográficas, testemunhos e ficção literária, em diferentes momentos históricos (RAGO; IONTA, [2011]).

Como podemos observar, essas contribuições feministas não apareciam em articulação com os debates contracoloniais que estamos destacando neste artigo, característica também predominante, como dito anteriormente, ao longo da década de 2000. Quando poucas diferenciações e ponderações são trazidas no que se refere, por exemplo, aos debates étnico-raciais e à questão geopolítica dos saberes feministas, a definição que se tem por diálogo teórico e epistêmico implicitamente pode subentender autoras e centros

de produção acadêmica do Norte global. Como reflete Vivian Matias dos Santos, nesses casos, fica implícito o diálogo com a crítica feminista advinda das contribuições de teóricas brancas e do Norte global, que compõem o que a autora chama de "epistemologias feministas hegemônicas" (SANTOS, 2018, p. 2).

No encontro de 2015, intitulado "Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios", quatro propostas de simpósios intituladas com os termos mulheres, gênero e/ou feminismo foram oferecidos. Temáticas e categorias em torno da masculinidade, feminilidade, trabalho e divisão sexual do trabalho, sexualidades, relação público-privado, para citar algumas, foram abordadas. Todavia, em nenhuma delas há sinalizações para diálogos com teorias e epistemologias não hegemônicas, isto é, nenhuma menção direta aos termos aqui pesquisados, ou mesmo debates que incorressem em reflexões sobre os marcadores coloniais e/ou eurocêtricos da produção hegemônica do conhecimento. As proposições estiveram centradas em contribuições advindas dos estudos de gênero e feministas, que por si só, possuem um cabedal significativo no que se refere às discussões sobre epistemologias. No entanto, percebemos que as perspectivas contracoloniais estiveram distantes das articulações empregadas/incentivadas na pesquisa e nas problematizações presentes nesta edição.

Já mais recentemente, o encontro nacional "Contra os Preconceitos: História e Democracia", de 2017, contou com três proposições temáticas de estudos sobre mulheres e relações de gênero.⁷ Esses simpósios dedicaram-se a propostas com recortes mais temáticos, sem necessariamente adentrar/instigar maiores debates epistemológicos ou teóricos. Seguindo a tendência de anos anteriores, essas proposições situam-se em campos de estudos mais clássicos da historiografia, como as sociabilidades, a violência e o mundo do trabalho, sem sinalizações para entrecruzamentos com categorias como etnia ou raça, fundamentais para as epistemologias contracoloniais, e que

⁷ Dois desses simpósios foram amalgamados, provavelmente pela comissão organizadora, em um só. Portanto, analisamos três proposições e dois resumos.

seriam de especial pertinência para o estudo de tais tópicos. Contudo, um título que apontava para um debate epistemológico em termos do colonialismo e da colonialidade foi o simpósio "História Indígena, Etno-história e Indígenas Historiadores: experiências descolonizantes, novas abordagens, sujeitos e objetos". Nele, a presença dos sujeitos indígenas na historiografia ao longo do século XX é refletida considerando o contexto latino-americano e ressaltando como a abordagem e os enfoques têm sofrido, mais recentemente, distintas mudanças. No resumo, o historiador proponente apontava que:

Nas últimas duas décadas, por exemplo, também devido ao aumento dos cursos de graduação e programas de pós-graduação em países latino-americanos, como verificado no Brasil, a História Indígena passou a ser produzida nos termos dos próprios indígenas, agora na condição de protagonistas. As experiências sobre o assunto abrangem, especialmente, os campos da História, da Antropologia Social e da Arqueologia, dentre outros. Esses estudos contribuem enormemente para a descolonização das ciências humanas como um todo, rompendo com certas epistemologias constituídas no Ocidente. Neste sentido, a proposta de Simpósio Temático, ora apresentada, possui o propósito de reunir pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam ao estudo da história dos povos indígenas em diferentes temporalidades e a partir de distintas abordagens, fontes e perspectivas teórico-metodológicas. Estará aberto a profissionais em diferentes níveis de formação acadêmica e privilegiará experiências descolonizantes para (re)pensar o protagonismo dos povos indígenas na história da América Latina, dos tempos pré-coloniais até o tempo presente, incluindo novos sujeitos da pesquisa, isto é, os próprios indígenas pesquisadores (OLIVEIRA, [2017]).

No trecho anterior podemos observar a forma como o debate crítico a respeito do colonialismo e da colonialidade foi situado, considerando a possibilidade estrutural dos sujeitos produzirem conhecimento sobre si mesmos, no caso a ascensão da pós-graduação, o que contribuiria, segundo ele, para a construção de uma visão descolonizadora das próprias Ciências Humanas. O convite para a colaboração no simpósio foi profícuo, visto que contabilizamos pelo menos

quatro trabalhos que se propunham a problematizar a questão da "descolonização" política e epistêmica no campo da história. Esse simpósio denuncia que as perspectivas contracoloniais estão se infiltrando timidamente na historiografia brasileira, mas não através dos estudos de gênero e feministas, o que permite a criação de um questionamento permanente sobre os efeitos da história das mulheres e dos estudos de gênero na história e na historiografia, e desses no que se refere aos debates contracoloniais.

O Fazendo Gênero 11, realizado também em 2017, é um exemplo da maneira como os estudos interdisciplinares, especialmente os estudos de gênero e feministas adequaram-se às novas demandas, mesmo que tardiamente. Sob o título "Conexões, Transformações e Deslocamentos", em seu texto de boas-vindas, as organizadoras do encontro afirmam que o evento pretende "alargar esse lugar de diálogo para uma perspectiva mundial, afastada da hierarquia Norte-Sul, ou seja, um espaço onde se possa ouvir outras vozes, novas propostas, valorizar saberes, ampliar horizontes de estudo e de ativismo".⁸ A resistência da história, aos estudos de gênero e contracoloniais, separados ou em aliança, é notável e sinaliza uma necessidade de guinada interdisciplinar crucial à disciplina.

Foi apenas na última ANPUH Nacional, "História e o Futuro da Educação no Brasil", em 2019, que identificamos reflexões e diálogos diretos e nominais com epistemologias não hegemônicas. Nesse encontro também observamos um aumento significativo das proposições de simpósios temáticos que se situaram em diálogo com os estudos sobre mulheres, gênero e/ou feminismos. São um total de sete simpósios em que esses campos apareceram indicados como desejáveis. Um dos elementos que destacamos nessa edição foi a dimensão transversal em que tais reflexões apareceram. Alguns dos simpósios não trouxeram os estudos sobre mulheres, gênero ou feminismos centralmente, mas realizaram articulações com

⁸ O Fazendo Gênero 11, realizado em 2017, aconteceu juntamente ao 13.º Congresso Mundos de Mulheres/Women's World Congress, evento internacional e itinerante. Uma das marcas da edição de 2017 foi a aproximação entre academia e movimentos sociais. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

outros campos, como os estudos sobre povos indígenas, africanos, diaspóricos e LGBTQI+. Além deles, encontramos também proposituras articuladas às temáticas já clássicas, como trabalho, violência e movimentos sociais. Esse significativo aumento do debate direto ou transversal com esses campos pode ser explicado, principalmente, pelos anseios políticos vividos pelo país nos últimos anos, que têm colocado esses estudos, suas contribuições teóricas, metodológicas e políticas em reiterada disputa pública e política, especialmente no âmbito do ensino. Na apresentação do XXX Simpósio Nacional, a comissão organizadora sinalizava que o evento serviria, dentre outras coisas, para "organizar um coletivo para enfrentar os ataques ao ensino de história e à violência contra mulheres, indígenas, negros, crianças, adolescentes e LGBT" (ANPUH, 2019).

A respeito das perspectivas contracoloniais percebemos um aumento notório, embora ainda não significativo, de referências e apropriações dessas abordagens. Dos simpósios analisados, três fizeram referências diretas ao debate epistemológico em função dos marcos das relações coloniais. Um exemplo elucidativo foi o simpósio "Povos Indígenas, Gênero e Violência" que expôs diretamente a preocupação em discutir com essas epistemologias, abordando os sujeitos a partir de outras perspectivas e demarcando uma posição de enfrentamento à "colonialidade". No resumo, os propositores exploram o caráter plural e interdisciplinar da história Indígena, ressaltando que:

Também há crescentes diálogos com outros campos do conhecimento histórico e com categorias empíricas e de análise, como etno-história, gênero, violência e colonialidade. Com isso, é possível que se construam interpretações históricas a contrapelo da epistemologia colonial sobre a história dos povos indígenas. Observa-se ainda a necessidade de ampliar e aprofundar as discussões no campo da história indígena que considerem a categoria "gênero" como fundamento para compreensão de relações socioculturais, especialmente diante da situação histórica de colonialidade vivenciada pelos indígenas no Brasil e na América como um todo. Neste simpósio temático, visamos reunir estudos que interseccionem as categorias "povos indígenas", "gênero" e "violência". Nosso objetivo é promover o diálogo entre histórias construídas nas bordas do tecido colonial, portanto, marcadas de permanências, de mudanças

e, sobretudo, de contestação do colonialismo e da colonialidade. Pretende-se também evidenciar as violências dirigidas aos povos indígenas, sejam elas físicas, morais, epistêmicas, simbólicas ou materiais, assim como todas as outras formas possíveis, incluindo a ineficácia do Estado brasileiro para demarcar e proteger as terras indígenas (CAVALCANTE; FEITOSA, [2019]).

Gênero aparece aqui como um recorte capaz de complexificar a experiência dos sujeitos sociais, principalmente do sujeito indígena, colaborando para uma visão potente em relação ao "colonialismo" e à "colonialidade" ainda presentes no mundo atual. O simpósio parece demonstrar uma tendência, mesmo que ainda inicial, de que pensar um sujeito histórico sem demarcações de diferença, é precisamente ter uma visão limitadora, quando não silenciadora e apagadora de grupos humanos historicamente secundarizados nas narrativas hegemônicas. Essas seguem sendo possíveis através de olhares que mantêm pressuposições ligadas a um "sujeito universal", que como sabemos, superpõem a experiência social de homens, europeus, brancos, cristãos, ricos, classe média ou mesmo populares e heterossexuais, às vivências de sujeitos marcados por outras variáveis da diferença individual e coletiva. Além disso, propor reflexões sobre "histórias construídas nas bordas do tecido colonial" indica uma preocupação por colaborar no emergir de contranarrativas e de experiências produzidas por e em reação ao que Quijano nominou de "colonialidade do poder" (QUIJANO, 2014b). Historiadores(as) indígenas e/ou não indígenas que trabalham com essas populações parecem estar à frente na problematização dessas questões.

Ainda na linha da transversalidade, e embora não adentrando em um debate mais teórico ou epistêmico, ou mesmo trazendo uma análise mais detida sobre *gênero*, o simpósio "Histórias Atlânticas em perspectiva: portos, gênero e diáspora africana" (SANTOS; ANDRADE, 2019) também sinalizou para a importância da categoria na composição de leituras sobre "o mundo atlântico" e as inúmeras temáticas a ele articuladas.

Em uma perspectiva aproximada ao simpósio sobre os povos indígenas, no resumo "Das margens: mulheres, gênero, sertões", o debate

sobre epistemologias não hegemônicas apareceu diretamente mencionado, ressaltando a disposição das proponentes em pensar os sujeitos das "margens" de forma mais ampliada, e em refletir de modo mais sistemático a questão do "eurocentrismo". As autoras anunciavam que:

Serão acolhidas, nesta arena de debates, investigações sobre mulheres, gênero, feminismo, "raça" e etnia, masculinidades e estudos queer, com foco em sujeitos cuja existência se dá em territórios ou situações consideradas periféricas. Partimos, igualmente, de uma epistemologia feminista periférica que atua nas margens, buscando escapar das linhas centrais de teorias eurocêntricas (de mainstream), embora dialogue com elas ao acionar conceitos transnacionais e interdisciplinares, como os de poder, interseccionalidade e decolonialidade (VEIGA; MAIA, [2019]).

A questão do eurocentrismo é indicada como um elemento reflexivo significativo para o simpósio, sugerindo que esse ainda seria hegemônico na produção do conhecimento científico, e que, sem problematização, impossibilitaria a percepção de experiências das(os) sujeitos que ocupam posições nas "margens" na ordem global. As autoras expõem indiretamente as potências desses diálogos com a história – principalmente, das mulheres, do gênero e dos feminismos – com perspectivas "epistemológicas feministas periféricas", sendo essas contracoloniais e/ou contra-hegemônicas.

A preocupação com o eurocentrismo das epistemologias e teorias da história apareceram também pontuados em simpósios que não delinearão nenhuma reflexão com os estudos sobre mulheres, relações de gênero e feminismo, ou com os estudos subalternos, pós-coloniais, des-decoloniais, sul-sul ou sul global, diretamente. As proposições situadas na perspectiva da história global aos simpósios da ANPUH, por exemplo, apontaram para o entendimento dessa crítica, indicando que elas são parte constituinte ou estão no horizonte de campos emergentes na ciência histórica brasileira. Em "A História Global: métodos, abordagens e historiografia", os autores(as) expressavam a existência de uma "preocupação com a produção de uma história excessivamente eurocêntrica e o [sic] naciona-

lista do ponto de vista metodológico" (SANTOS JÚNIOR; GONDAR, [2019]).

Finalmente, destacamos que os demais simpósios versantes sobre os temas mulheres, gênero e/ou feminismos na edição de 2019 detiveram-se, majoritariamente, em problemáticas e conceituações mais clássicas desses campos de estudo, como a história dos grupos e as ações feministas, a memória, o mundo do trabalho e a violência. Sinalizamos, no entanto, para pequenos avanços no que se refere a novos diálogos epistemológicos.

Considerações finais

Da história das mulheres às perspectivas contracoloniais, a história é obrigada a pensar-se a partir de desafios que são típicos do século XXI, mas que se delinearão desde décadas anteriores. Desde 1960 a ciência histórica, construída ao longo do século XIX em gabinetes ocidentais e masculinos, enfrenta as interpelações que estudos sobre mulheres, gênero e feminismos têm realizado. Denunciando a parcialidade do conhecimento que temos da história e provocando uma revisão do papel dos estudos históricos na construção e na reprodução de naturalizações da ordem do *gênero*, esses desafios têm se qualificado com contribuições teóricas e epistemológicas dos estudos pós-coloniais, subalternos, decoloniais, descoloniais, sul-sul e sul global, que aqui, apropriando-nos da leitura de Vivian Matias dos Santos (2018), tratamos como "contracoloniais". Juntos e apesar dos distintos conflitos que também servem para engrandecer a discussão teórica, esses dois eixos de debates epistêmicos fortalecem-se mutuamente ao possibilitar o questionamento do sujeito universal-homem-branco-europeu-cristão-heterossexual, permitindo uma reflexão profunda sobre a divisão internacional da produção/circulação de teorias e conhecimentos, ainda muito evidente nos estudos de gênero e, não podemos negar, também na história.

Ao buscarmos investigar a apropriação/impacto das perspectivas contracoloniais entre pesquisadoras(es) das mulheres, das relações de gênero e dos feminismos no Brasil, com base nos dados do maior evento da área, o Simpósio

Nacional da ANPUH, ao longo de duas décadas, identificamos primeiramente a oscilante resistência da história aos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos de uma forma mais ampla e transversal e, também, o ainda incipiente acercamento desses com as leituras contracoloniais. A categoria *gênero*, de fato, foi afirmando-se como parte do debate historiográfico brasileiro, mas os simpósios da ANPUH entre 2001 e 2019, demonstram numericamente a pouca expressividade e, principalmente, o pouco aprofundamento dessa acomodação em termos teóricos e conceituais, o que nos levou a pensar na indisposição da história em renovar-se de forma mais ampliada a partir das contribuições desses campos. Apenas recentemente, e como vimos, não deslocado das urgências políticas que se impuseram na cena nacional, na qual vivemos uma reiterada difamação e desqualificação desses campos e da própria categoria *gênero*, é que pudemos perceber um crescimento do seu espaço nos eventos nacionais da área.

As perspectivas contracoloniais encontram obstáculos semelhantes, embora possamos levantar a hipótese de que os estudos de gênero e feministas, os estudos sobre e por indígenas, e em menor número os estudos africanos e diaspóricos, possam servir como vetor de incorporação do debate sobre a diferença colonial e as conformações sociais gestadas com o processo colonizador, condutoras das relações de poder e das desigualdades em âmbitos globais até os dias de hoje.

Os estudos sobre mulheres, gênero, feminismos, as perspectivas contracoloniais e suas múltiplas inter-relações, que hoje alcançam nível de sofisticação sem precedentes, mostram-nos que os desafios para nós historiadoras(es) são permanentes, confirmando que esses já não podem ser ignorados na produção de conhecimento histórico. A história deve aprender a pensar o mundo para além de suas bases teóricas ainda predominantemente eurocentradas, patriarcais e heteronormativas. Os múltiplos sujeitos e problemáticas que emergem dessas novas elaborações e provocações são prova de que devemos permitir e estimular infiltrações de outras áreas, campos

e perspectivas, percebendo que tais desafios estão marcados por emergências intelectuais e sociais que pautam não apenas uma revisão, mas uma reinvenção da história enquanto saber científico. Esse é um problema histórico atual e que segue nos provocando sobre os lugares possíveis dessa ciência no século XXI. Rogamos que os desafios e provocações sejam aceitos.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (Florianópolis) (org.). XXVIII Simpósio Nacional De História - Lugares Dos Historiadores: Velhos E Novos Desafios. 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org>. Acesso em: 1 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (Fortaleza) (org.). XXV Simpósio Nacional De História - História E Ética. 2009. Disponível em: <http://www.snh2009.anpuh.org>. Acesso em: 25 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (Natal) (org.). XXVII Simpósio Nacional De História - Conhecimento Histórico E Diálogo Social. 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org>. Acesso em: 25 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (São Leopoldo) (org.). XXIV Simpósio Nacional De História - História E Multidisciplinaridade: Territórios E Deslocamentos. 2007. Disponível em: <http://www.snh2007.anpuh.org>. Acesso em: 25 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (São Paulo) (org.). XXVI Simpósio Nacional De História - Anpuh 50 Anos. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BIDASECA, Karina. Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café: desigualdad, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial. *Andamios Revista de Investigación Social*, Ciudad de México, v. 8, n. 17, p. 61-89, sep./dec. 2011.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira. Povos Indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 30., 2019, Recife. *Resumos [...]* Recife: Associação Nacional de História, 2019. ref. ST 144. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=224. Acesso em: 15 de abr. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1º sem. 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

HUNT, Lynn. *A invenção dos Direitos Humanos: uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 4, p. 105-124, mar. 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. História Indígena, Etno-história e Indígenas Historiadores: experiências descolonizantes, novas abordagens, sujeitos e objetos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 30., 2019, Recife. *Resumos [...] Recife: Associação Nacional de História, 2019*. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=10. Acesso em: 15 de abr. 2020.

OLIVEIRA, Maria da Gloria de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. *Jenda*, Dakar, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2002.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.

PERROT, Michelle. As Mulheres e a História. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). *História das Mulheres no Ocidente*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 9-61.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo (comp.). *Anibal Quijano: textos de fundación*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Siglo, 2014b. p. 110-160.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad-razionalidad. In: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo (comp.). *Anibal Quijano: textos de fundación*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Siglo, 2014a. p. 59-69.

RAGO, Luzia Margareth; IONTA, Marilda. Como o feminismo transformou a produção do conhecimento histórico no Brasil? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 30., 2019, Recife. *Resumos [...] Recife: Associação Nacional de História, 2019*. ref. ST 026. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=469. Acesso em: 15 de abr. 2020.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; GONDAR, Anelise F. P. A História Global: métodos, abordagens e historiografia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 30., 2019, Recife. *Resumos [...] Recife: Associação Nacional de História, 2019*. ref. ST 005. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=303. Acesso em: 15 de abr. 2020.

SANTOS, Vivian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia e Sociedade*, v. 30, p. 1-11, dez. 2018.

SCOTT, Joan W. *Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan W. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-96.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial. *e-cadernos CES*, Coimbra, n. 18, p. 106-131, dez. 2012.

SEGATO, Rita Laura. La perspectiva de la colonialidad del poder. In: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo (comp.). *Anibal Quijano: textos de fundación*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Siglo, 2014. p. 13-42.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 21., 2001, Recife. *Resumos [...] Niterói: Associação Nacional de História: UFF, 2001- 2002*. 100 p. Disponível em: https://www.anpuh.org/XXI_simposio. Acesso em: 22 de abr. 2020.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 30., 2019, Recife. *Resumos [...] Recife: Associação Nacional de História, 2019*. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/>. Acesso em: 25 de abr. 2020.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA, ACONTECIMENTO E NARRATIVA, 22., 2003, João Pessoa. *Anais [...] João Pessoa: Associação Nacional de História: UFPB, 2003*. 398 p. Edição Complementar dos Anais Eletrônicos. Disponível em: http://anpuh.org/XXII_simposio. Acesso em: 22 de abr. de 2020.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA: GUERRA E PAZ. LONDRINA: EDITORIAL MÍDIA, 23., 2005, Londrina. *Programas e resumos [...] Londrina: Associação Nacional de História: Editorial Mídia, 2005*. 579 p. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.R.pdf>. Acesso em: 22 de abr. de 2020.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (Brasília) (org.). XXIX Simpósio Nacional de História: contra os preconceitos: história e democracia. 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/site/capa>. Acesso em: 25 abr. 2020.

VEIGA, Ana Maria; MAIA, Cláudia de Jesus. Das margens: mulheres, gênero, sertões. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 30., 2019, Recife. *Resumos [...]* Recife: Associação Nacional de História, 2019. ref. ST 034. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=187. Acesso em: 15 abr. de 2020.

Cintia Lima Crescêncio

Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis, SC, Brasil; professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Três Lagoas, MS, Brasil.

Gleidiane de Sousa Ferreira

Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, SC, Brasil, professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral, CE, Brasil.

Endereço para correspondência

Cintia Lima Crescêncio

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Av. Ranulpho Marques Leal, 3484, Unid. II

Jardim Alvorada, 79613000

Três Lagoas, MS, Brasil

Gleidiane de Sousa Ferreira

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral-CE

CEP: 62.040-370

Sobral, CE, Brasil